

**Boletim Número 74****Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2017****EDITORIAL**

O Boletim nº 74 oferece ainda ao público leitor, nas colunas Em Foco, um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina do primeiro trimestre de 2017. O primeiro artigo da referida coluna apresenta uma análise as eleições no Equador. O segundo artigo versa sobre a crise do modelo previdenciário privado no Chile. O terceiro artigo é uma análise crítica da proposta de Reforma da Previdência no Brasil. A quarta notícia apresenta a atuação situação da Venezuela na OEA e por fim, o quinto texto apresenta um texto de opinião sobre os caminhos dos movimentos sociais latino-americanos na atualidade.

Destacaremos na coluna Espaço Aberto a participação da equipe do PROEALC na 27ª UERJ Sem Muros, com a apresentação do resumo dos trabalhos de bolsistas de extensão e estágio interno complementar, orientados pela Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire  
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho  
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

***Em Foco I******O que as eleições no Equador podem ensinar sobre a América Latina?***

**Por: Tullo Vigevani\***  
**23/03/2017**

Vinculado ao atual presidente Rafael Correa, Lenin Moreno, do Aliança País (AP), obteve 39,36% no primeiro turno. Já a chapa conservadora de Guillermo Lasso, do Creo-Suma, alcançou 28,09%. Para além das análises conjunturais, é importante discutir alguns aspectos que se relacionam com o período que vive a América Latina e o mundo. Pode-se ler o contexto atual equatoriano como um laboratório excelente para pensar a evolução regional latino-americana.

As eleições equatorianas, ainda que tensas, realizaram-se numa situação de razoável equilíbrio, não havendo questionamentos sérios sobre a lisura do processo, e, sobretudo, não transcorreram em ambiente de crise

institucional.

O presidente Rafael Correa deixa o governo com o reconhecimento de que o país vive de forma democrática, não houve risco significativo de manipulação de resultados de nenhum dos lados, e, embora haja acusações de mau uso da máquina administrativa, inclusive de corrupção, elas não atingem o presidente de forma direta.

No entanto, parecem alcançar, ao menos indiretamente, o atual vice-presidente e candidato novamente ao mesmo cargo, Glas Espinel, e outros funcionários.

Rafael Correa sai do cargo sem os índices de popularidade com que havia sido reeleito em 2013, quase 60% dos votos, mas com forte aprovação. Seu candidato a sucessor alcançou quase 40%. Outro ponto importante é que a eleição presidencial no Equador dá continuidade a uma rotina de eleições democráticas que não parece ter sido rompida na América do Sul.

O caso do Paraguai e o questionamento da legitimidade da situação do Brasil não se referem especificamente à rotina eleitoral. O presidente Correa foi muito questionado em relação à Lei de Comunicação, aprovada pelo Parlamento em junho de 2013, mas nada sugere que as alterações tenham influenciado na votação.

Ao mesmo tempo, os resultados colocam questões importantes para o futuro da região. Apesar de todo o empenho das forças conservadoras, o governo da Aliança País, depois de 10 anos, mantém o apoio de 40% da população. O índice, no entanto, diminuiu nos últimos quatro anos. Muitas análises coincidem em interpretar a diminuição do entusiasmo como consequência da crise das matérias-primas, que incidiu já a partir de 2013: em especial, a diminuição do preço do petróleo, fator de grande relevância para o orçamento.

Essa visão vem sendo reiterada para explicar parte das crises que atingem a governabilidade da região. Correa rompeu o ciclo de instabilidade que prevaleceu desde a década de 1990, atingindo sete presidentes, todos de partidos diferentes.

De 2000 a 2007, sucederam-se Jamil Mahuad, Gustavo Noboa, Lucio Edwin Gutiérrez Borbúa e Alfredo Palacio. O governo, a partir de 2007, viabilizou sua estabilidade pela existência de novas condições econômicas e pela capacidade de construir uma base de apoio heterogênea, mas capaz de garantir a governabilidade.

A eleição de 2017 indica que um governo desenvolvimentista-distributivista contribuiu à consolidação das instituições, ainda que em contextos tensos.

Segundo Decio Machado, ao longo do governo de Rafael Correa, os fatores econômicos favoráveis permitiram mudanças. No Equador, a pobreza se reduziu a 12%, multiplicando-se os ingressos do Estado, de modo que o piso salarial passou de 160 dólares em 2006 a 340 dólares em 2013. Ao mesmo tempo, o Estado pôde investir 13,5 bilhões de dólares em saúde, construiu hospitais e implantou outros equipamentos sociais, beneficiando sobretudo os mais pobres.

Ao mesmo tempo, é fundamental entender as razões pelas quais governos que favoreceram a melhora das condições de partes importantes da população pobre, mas sem atacar as condições de acumulação dos mais ricos, como Rafael Correa afirmou em mais ocasiões, tiveram parcialmente reduzida a sua popularidade.

No caso do Equador não intervieram fatores extraordinários, formalmente extra-políticos, daí o interesse especial desta experiência. Os resultados de 19 de fevereiro mostram que mesmo havendo algum declínio, o prestígio da experiência desenvolvimentista-distributivista continua importante e persiste com competitividade eleitoral.

Citamos como fato relevante a mudança do quadro econômico em termos de preços de matérias-primas. Segundo Santiago Ortiz Crespo, contribuiu para aumentar os problemas o terremoto de abril de 2016.

A resposta do governo foi importante, um plano de construção de 1.500 casas ao mês para dar moradia aos afetados, ou a entrega de recursos para a reabilitação das casas. Mas os efeitos do desastre somaram-se à continuidade da baixa do preço do petróleo.

No caso do Equador, uma questão que tem grande significado é a dolarização da economia. Decidida no governo Jamil Mahuad em 2000, no contexto de superinflação, não foi alterada depois, nem mesmo no governo Correa.

Tal cenário limita os instrumentos à disposição para enfrentar as crises e a valorização do dólar contribuiu para a debilitação da economia. A consequência foi a forte restrição da capacidade de investimento do Estado.

Na interpretação de alguns críticos de esquerda, como Carlos Pastor, da experiência da “Revolução Cidadã”, os dez anos transcorridos não romperam as estruturas tradicionais do país.

Os grandes grupos econômicos mantiveram o seu poder, a criação da Superintendência de Controle do Poder de Mercado não teve capacidade para alterar a estrutura monopolista.

O grave problema do acesso à água tampouco pôde encontrar soluções efetivamente distributivas, sendo um dos fatos que enfraqueceram a Aliança País junto a populações indígenas.

A força dos setores conservadores, ainda que divididos, mostrou-se pela votação alcançada por Guillermo Lasso e pela sua competidora na mesma área sócio-política, Cynthia Viteri, com 16,32%.

A considerada baixa votação de Paco Moncayo, 6,71%, com posições social-democratas, sugere que a capacidade de atração do bloco que governou o país por 10 anos continua forte.

Aspecto não ressaltado nas interpretações dos resultados de 19 de fevereiro é a persistente e secular diferença entre a costa, onde está Guayaquil, e a serra, onde se situa Quito.

Em Guayaquil forças conservadoras têm mostrado forte enraizamento, o que é evidenciado pelo fato de Jaime Nebot Saadi, grande liderança conservadora próxima aos banqueiros equatorianos e aos proprietários de terras de produção bananeira, ter sido reeleito prefeito por cinco vezes, a última em 2014.

Já a modernidade trazida pelo governo Correa concentrou-se mais na área de Quito. Uma última consideração a ser feita é a respeito do papel das lideranças políticas. Num mundo altamente conectado, elas mantêm sua importância. A avaliação positiva obtida por Correa o transformou num líder carismático.

As eleições de 2017 são as primeiras que se realizam sem sua presença. Esse é um fato importante e servirá para medir a estabilidade das instituições no longo período.

Na Assembleia Nacional eleita, Aliança País detém 55% das cadeiras, clara maioria, mas já não tão ampla como no período 2013-2017. A votação para o parlamento consolida a ideia de que o partido de Correa detém enraizamento e apoio.

Manuela Celi Moscoso sublinha um problema: a existência de uma liderança política forte e carismática tem papel importante. Nas eleições do Equador não surge de forma clara um projeto nacional, mesmo na candidatura Lenin Moreno.

As ideias de desenvolvimento aparecem sob forma de defesa do papel do Estado, sem adequada ponderação dos fatores. A polarização prevalece sobre as propostas.

***\*Tullo Vigevani é professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos dos Estados Unidos (INCT-INEU). Faz parte do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais/GR-RI\****  
***Tullo Vigevani é professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos dos Estados Unidos (INCT-INEU). Faz parte do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais/GR-RI***

**Link:** <http://www.vermelho.org.br/noticia/294728-1>

## *Em Foco II*

---

### *Modelo pioneiro de previdência privada adotado no Chile enfrenta crise*

**Por Santiago de Chile**  
**18/02/2017**

O sistema previdenciário privado implantado no Chile em 1981, durante a ditadura de Augusto Pinochet, que inspirou reformas em outros países e ganhou apoiadores do modelo no Brasil, hoje não tem grandes defensores na sociedade chilena. Desde o ano passado, quando um escândalo envolvendo a mulher de um conhecido deputado socialista expôs as injustiças desse mecanismo, um intenso debate se instalou no país andino, e a discussão promete ser um dos temas centrais da campanha presidencial de 2017. Myriam Olate, a mulher do parlamentar, recebia uma pensão equivalente a 25.400 reais por mês por pertencer à Gendarmería (departamento prisional), uma das instituições que o regime militar resguardou ao alterar o sistema, há 36 anos. Em contrapartida, 91% da população recebe menos de 760 reais por mês de aposentadoria.

A trama das pensões na Gendarmería e nas Forças Armadas e policiais, que está sendo investigada pelo Ministério Público, não só contribuiu para a queda da ministra da Justiça da presidenta Michelle Bachelet, Javiera Blanco, como também impulsionou o nascimento de um movimento social. A coordenadoria No + AFP ["basta das administradoras dos fundos de pensões"], formada por diversas entidades de todo o Chile, conseguiu convocar centenas de milhares de pessoas para as ruas do país a fim de exigir que as autoridades se comprometam a substituir um sistema que é deficiente para a imensa maioria dos cidadãos. Em 24 de julho do ano passado, cerca de 100.000 pessoas, só em Santiago, participaram de um protesto que exigia a criação de um novo mecanismo. As manifestações foram sempre pacíficas e familiares, com a presença de crianças e adultos, e se repetiram em várias cidades.

O modelo privado de pensões em vigor no Chile, baseado na capitalização individual, não existia em nenhum outro lugar do mundo até 1981, embora, com o passar do tempo, tenha sido implementado em outros países (Malawi, Kosovo e República Dominicana, Israel, Hong Kong e Austrália, que tem uma renda básica de 959 dólares, ou 2.900 reais).

De acordo com a legislação, os trabalhadores dependentes são obrigados a reservar 10% de sua renda mensal para a aposentadoria. As mulheres começam a receber o benefício aos 60 anos e os homens aos 65. O dinheiro é gerenciado por administradoras de fundos de pensões (AFP), que investem essa poupança na bolsa de valores e outras ferramentas financeiras, supostamente com o objetivo de obter rentabilidade. O trabalhador tem a opção de colocar o seu dinheiro em diferentes fundos, que variam conforme o risco, e na hora de se aposentar recebe uma pensão calculada com base na sua poupança individual.

Diferentemente do que acontece no modelo de previdência adotado no Brasil e na grande parte dos países, não há aportes dos empregadores nem do Estado, a não ser no caso de pensões mais baixas. Tampouco existe um sistema de solidariedade formal por parte dos trabalhadores ativos para com a população mais velha que vai se aposentando.

A principal crítica ao sistema das AFP é que, no momento de se aposentar, o dinheiro que os trabalhadores recebem é muito reduzido e mal dá para viver em um país onde serviços básicos como saúde e ensino público vivem uma crise. Em 2015, a presidenta Bachelet recebeu o relatório da comissão Bravo, que estudou o sistema de pensões e propôs algumas saídas para se chegar a uma solução. De acordo com os especialistas, quando se comparam o salário recebido por uma pessoa nos últimos 10 anos com o dinheiro de sua aposentadoria, este chega a apenas 45% daquele, isso se houver um aporte por parte do Estado. Se não houver nenhum aporte complementar, como ocorre na maioria dos casos, a taxa chega a apenas 34%.

A comissão fez algumas projeções. Embora os criadores do sistema tenham previsto que em 2020 as pessoas se aposentariam com 100% de seus vencimentos na ativa, metade daqueles que contribuíram entre 25 e 33 anos receberá pensões equivalentes a 21%.

O mecanismo de pensões implementado pela ditadura tem origem privada, está vinculado à seguridade não social, mas sim individual, e se assemelha a uma espécie de poupança obrigatória. Para a população e para as autoridades, a crise profunda do sistema é uma evidência: 91% dos chilenos aposentados recebem no máximo 235 dólares (726 reais), que representam apenas dois terços do salário mínimo do Chile. No caso das mulheres, em que os problemas são agravados pela fragilidade do mercado de trabalho feminino, 94% das aposentadas ganham menos ainda, segundo dados da Fundação Sol, uma organização dedicada a questões de trabalho, sindicalismo e educação.

Embora os salários no Chile sejam muito baixos, as AFP recebem muito dinheiro todos os meses. Em 2014, por exemplo, as administradoras pagaram em pensões o equivalente a apenas dois quintos das contribuições feitas pelos trabalhadores no mesmo período. Como não se trata de um sistema de distribuição e o dinheiro não é usado para pagar pensões, os outros três quintos são usados em investimentos. As AFP alegam que graças a essas operações é que se gera rentabilidade para as próprias pensões dos trabalhadores, mas a realidade não mostra que a poupança cresce ao longo do tempo. De acordo com os críticos do sistema privado em vigor no Chile, o dinheiro acaba se voltando para o investimento em grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, motivo pelo qual se torna muito difícil obter qualquer mudança.

**Link:** [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/17/internacional/1484673838\\_832258.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/17/internacional/1484673838_832258.html)

### *Em Foco III*

---

#### *Previdência: patrimônio dos brasileiros em xeque*

**Por Juliano Giassi Goularti\***  
**28/03/2017**

Após a aprovação da PEC 55, que estabelece teto para os gastos públicos e afetará em particular a saúde, a educação e a política de assistência social, a próxima investida do governo Temer-Meirelles é a reforma da Previdência Social, materializada na Proposta de Emenda Constitucional 287, que tramita no Congresso. Colocada como prioridade na agenda de governo para 2017, a reforma, segundo a narrativa oficial, encontra justificativa no suposto déficit previdenciário.

Com o pensamento liberal-conservador a ganhar amplo espaço no meio político, os interesses coletivos deixam de ser a questão central para se converter na defesa da soberania dos mercados e dos interesses individuais.

Durante o fecundo processo de debate constitucional de 1988, o legislador constituinte estabeleceu um sistema de seguridade social universal, solidário e baseado em princípios redistributivos. Definindo uma seguridade social inclusiva e abrangente com ênfase no Estado de Bem-Estar Social, nossa Previdência foi inspirada na experiência da social-democracia europeia do pós-guerra, abrangendo os princípios básicos da cidadania Beveridgiana como parte integrante de um amplo sistema de proteção social com os direitos à saúde, à assistência social e ao seguro desemprego. A PEC 287 propõe, no entanto, um conjunto de alterações que tendem a restringir o direito à Seguridade Social, cuja universalidade passa a estar sob risco.

Na proposta em tramitação, as mudanças colocadas pelo governo irão afetar não somente o acesso à aposentadoria, mas o valor dos benefícios previdenciários e assistenciais e a possibilidade de acumulação de

benefícios. Ainda mais, a PEC 287/2016 trata de impor regras rígidas na concessão da aposentadoria mais duras que as praticadas em nações mais homogêneas, o que num futuro próximo irá ampliar consideravelmente o contingente de trabalhadores sem proteção na velhice.

Logo, milhares de trabalhadores serão expulsos do sistema previdenciário por não terem capacidade contributiva, por não terem sequer condições de saúde para continuar no trabalho e também por terem a ciência de que é inútil contribuir para algo inatingível ou apenas atingível quando sequer restam forças físicas para uma vida com alguma dignidade.

Ao sofrer um processo de desestruturação de suas bases institucionais nas últimas décadas, em especial, por meio das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, sem dúvida a mais ampla e radical proposta de reforma desde a Constituição de 1988 chama-se PEC 287. Ademais, sob a égide da dominância financeira e da ideologia neoliberal, o que a 287 propõe é o estancamento dos regimes próprios de Previdência (pública) e a expansão da Previdência Complementar (privada), cujo produto é vendido por bancos e seguradoras, o que acaba por se configurar em um típico processo de mercantilização do sistema.

Baseado em argumentos de ameaça e chantagem de uma crise causada pelo envelhecimento da população e suas consequências negativas que resultam em um “rombo” do sistema, pretende o governo elevar a idade mínima para se aposentar. Por ser essa justificativa baseada na expectativa de vida média do brasileiro, atualmente de 75,5 anos em geral e de 79,1 anos para as mulheres, a proposta apresentada pelo governo federal estabelece uma idade mínima de 65 anos para homens e 60 anos para mulheres. *A aposentadoria por tempo de contribuição exige 35 anos para homens e 30 anos para as mulheres.*

Pela média simples, segundo o IBGE, algumas unidades federativas tem expectativa maior, como por exemplo Santa Catarina (mulheres com 82,1 anos, média de 78,7 anos, Espírito Santo 77,9 anos e São Paulo, com 77,8 anos). E há estados como o Maranhão, que tem uma expectativa muito menor, com uma previsão de 70,3 anos para ambos os sexos, Piauí (70,9 anos), Rondônia (71,1 anos), Roraima (71,2 anos) e Alagoas (71,2 anos). No geral, 18 estados estão abaixo da média e apenas nove acima. A diferença entre Santa Catarina e o Maranhão é de 8,4 anos. Isso sem considerar que em muitos municípios brasileiros a média sequer chega aos 65 anos.

Elevar progressivamente a carência mínima de 65 para 70 anos para a concessão do Benefício de Prestação Continuada, ao contrário de ampliar a inclusão previdenciária, irá aumentar o contingente de novos trabalhadores, que serão expulsos do sistema previdenciário por não ter capacidade contributiva ou por não ter saúde para continuar no trabalho.

Assim, poderíamos dizer que a menor expectativa de vida coincide com estados e municípios mais pobres. Embora a PEC afete a todos, a reforma da Previdência irá punir especialmente os trabalhadores mais pobres e espoliados, que na jornada de trabalho ao longo da vida desempenham as funções mais desumanas e que, provavelmente, trabalharão até morrer.

Diante disso, podemos dizer que a elevação da idade para acesso ao benefício assistencial irá colocar uma parcela expressiva da população em condições de vulnerabilidade e de total (des)proteção social. Ademais, é preciso dizer que a proposta contraria frontalmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na medida em que não estará assegurado a todos “o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”.

Trata-se de uma reforma para excluir, e não para incluir, como bem destacam a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

**\*É doutorando pelo Instituto de Economia da Unicamp**

**Link:** <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/previdencia-social-patrimonio-dos-brasileiros-em-que>

## *Em Foco IV*

---

### *Entenda os protestos na Venezuela*

**Por Jornal do Brasil**

**29/03/2017**

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, comemorou a "grande vitória" que seu governo obteve na reunião extraordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a situação econômica, política e social no país sul-americano desta terça-feira (28).

Segundo o mandatário, o fato de que a maioria das nações presentes no encontro não votaram a favor da suspensão da Venezuela do grupo e de que a Carta Democrática Interamericana não foi aprovada pela grande parte dos Estados-membros é algo extremamente positivo.

"Nós obtivemos uma grande vitória, nem foi aprovada a Carta Democrática e nem se aprovou o comunicado infame da coalizão de países de governos de direita. Vitória popular para a Venezuela", celebrou Maduro.

O presidente venezuelano também disse que brindou "com alegria" pela sua pátria e que o país conseguiu derrotar "o Departamento de Estado dos Estados Unidos e a Chancelaria mexicana". Na reunião desta terça, cerca de nações no bloco latino reconheceram que a Venezuela enfrenta uma "difícil situação" e votaram a favor de apoiar a democracia, o diálogo e a busca de respostas diplomáticas para a crise econômica e política que o país está lidando antes de tomar medidas mais drásticas, como suspender a Venezuela do grupo.

"Recordando nosso contínuo apoio ao diálogo e à negociação, reiteramos nossa preocupação com a difícil situação política, econômica, social e humanitária que se vive na Venezuela", afirmou nota conjunta que foi lida no fim da assembleia pela representante do Canadá, Jennifer May.

Antes da decisão dos países do grupo, o secretário-geral da entidade, Luis Almagro, desafeto de Maduro, havia proposto que os presos políticos da Venezuela fossem libertados e que o país passasse por novas eleições Presidenciais para que ele não fosse suspenso.

A sessão extraordinária foi convocada após um pedido formal apresentado por Argentina, Bahamas, Barbados, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, EUA, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Santa Lúcia e Uruguai. A solicitação ocorreu após Almagro apresentar um documento informando sobre a situação política da Venezuela, especialmente na questão dos "presos políticos". De acordo com o secretário-geral da OEA, Caracas viola "todos os artigos" da Carta Democrática Interamericana. No entanto, para que uma possível suspensão da Venezuela ocorra, é preciso que uma votação sobre o tema tenha dois terços dos votos dos 34 países-membros da OEA.

**Link:** <http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2017/03/29/oea-descarta-suspensao-da-venezuela-e-maduro-celebra-vitoria/>

## *Em Foco V*

---

### *Dilemas de los movimientos sociales en la lucha antinoliberal*

Por Emir Sader

13/02/2017

En Bolivia y en Ecuador los movimientos sociales se han cansado de tumbar a gobiernos neoliberales y han decidido, finalmente, fundar sus propios partidos y lanzar candidatos a la presidencia de la nación. Mientras tanto, en el marco del Foro Social Mundial, o al lado de él, ONGs, algunos movimientos sociales e intelectuales de Europa y América Latina se oponían a esa vía y proponían la “autonomía de los movimientos sociales”. Esto es, no deberían meterse en política, ni con el Estado, menos todavía con partidos. En Argentina, frente a la peor crisis económica, política y social de su historia, movimientos renunciaron a lanzar candidaturas a la presidencia de la República, con el slogan: “Que se vayan todos”. Resultado: Menem ganó en la primera vuelta, prometiendo que iba a dolarizar definitivamente a la economía argentina, con lo cual llevaría a la ruina sin retorno no solo a la Argentina, sino a todos los procesos de integración latinoamericana.

La ilusión despolitizada y corporativa del “Que se vayan todos” dejaría el campo libre para esa monstruosa operación menemista, con los efectos negativos en toda la región. La ilusión era la de que ellos se irían, sin que en realidad se fueran, sin que fueran derrotados con un proyecto superador del neoliberalismo. Felizmente apareció Néstor Kirchner, que asumió la presidencia del país, para iniciar el rescate más espectacular que Argentina haya conocido de su economía, de los derechos sociales de los trabajadores, del prestigio del Estado, de la soberanía externa.

Mientras tanto, movimientos que habían adherido a la tesis de la autonomía de los movimientos sociales, como los piqueteros argentinos, simplemente desaparecieron. En México, después del enorme prestigio que habían tenido, al asumirme posición semejante – “Cambiar el mundo sin tomar el poder”, de John Holloway y Toni Negri, con este último condenando a los Estados como superados instrumentos conservadores -, los zapatistas han desaparecido de la escena política nacional, recludos en Chiapas, el estado más pobre de México.

Más de 20 años después, ni Chiapas, ni México han sido transformados sin tomar el poder, hasta que los zapatistas resolvieron lanzar un dirigente indígena a la presidencia de la República para las elecciones del próximo año, volviendo a disputar los espacios nacionales y dejando atrás aquellas tesis. Incluso sin decir que van a transformar el país con una victoria electoral, valoran la disputa electoral, abandonado sus posiciones de simple denuncia de las elecciones y de la abstención.

Mientras tanto, Bolivia y Ecuador, rompiendo con esa visión estrecha de restringir los movimientos sociales solamente a la resistencia al neoliberalismo, fundaron partidos – el MAS en Bolivia, Alianza País en Ecuador-, presentaron candidatos a la presidencia de la república –Evo Morales y Rafael Correa-, triunfaron y pusieron en práctica procesos exitosos en la transformación económica, social, política y cultural de América Latina en el siglo XXI.

Refundaron sus Estados nacionales, retomaron el desarrollo económico con distribución de renta, se unieron a los procesos de integración regional, al mismo tiempo que integraron amplias capas del pueblo a los procesos de democratización política.



Al contrario del fracaso de las tesis de la autonomía de los movimientos sociales, que han renunciado a la disputa por la hegemonía alternativa a nivel nacional y de lucha por la construcción concreta de alternativas al neoliberalismo, Bolivia y Ecuador, bajo la dirección de Evo Morales y de Rafael Correa, han demostrado cómo solamente la articulación entre la lucha social y la lucha política, entre los movimientos sociales y los partidos políticos, es posible construir bloque de fuerza capaces de avanzar decisivamente en la superación del neoliberalismo.

Las tesis de Toni Negri sobre el fin del imperialismo y de los Estados nacionales fueron rotundamente desmentidas por la propia acción imperialista después de los atentados del 2001, mientras que los gobiernos suramericanos han demostrado que solamente con el rescate del Estado es posible implementar políticas antineoliberales, como el desarrollo económico con distribución de renta. La pobreza persistente en Chiapas puede ser comparada con los avances espectaculares realizados, por ejemplo, en todas las provincias de Bolivia, demostrando, también por la vía de los hechos, cómo la acción desde abajo tiene que ser combinada con la acción de los Estados, si queremos efectivamente transformar al mundo.

Otras tesis, como las de varias ONGs o de Boaventura de Sousa Santos, de optar por una "sociedad civil" en la lucha en contra del Estado, no pueden presentar ningún ejemplo concreto de resultados positivos, aun con las ambiguas alianzas con fuerzas neoliberales y de derecha, que también se oponen al Estado y hacen alianza con ONGs y con intelectuales para oponerse a gobiernos como los de Evo Morales y de Rafael Correa, pero también en contra de otros gobiernos progresistas en América Latina.

Además del fracaso teórico de las tesis de la autonomía de los movimientos sociales, se les puede contraponer los extraordinarios avances económicos, sociales, políticos, en países como Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguay, además de los ya mencionados, como pruebas de la verdad de las tesis de la lucha antineoliberal como la lucha central de nuestro tiempo.

- **Emir Sader**, sociólogo y científico político brasileño, es coordinador del Laboratorio de Políticas Públicas de la Universidad Estadual de Rio de Janeiro (UERJ).

Na Bolívia e no Equador, os movimentos sociais se cansaram de derrubar governos neoliberais e decidiram, finalmente, fundar seus próprios partidos e lançar candidatos à Presidência da nação. Mais recentemente, no marco do Fórum Social Mundial – ou ao lado dele –, ONGs e alguns movimentos sociais se opuseram a esse caminho e pregaram a "autonomia dos movimentos sociais", ou seja, não se deveria meter em políticas, nem com o Estado, menos ainda com partidos.

Na Argentina do fim dos anos 1980, diante da maior crise econômica, política e social da sua história, movimentos renunciaram a lançar candidaturas à Presidência, com o lema: "*Que se vayan todos*". Resultado: Menem ganhou no primeiro turno, prometendo que daquela vez iria dolarizar definitivamente a economia argentina, o que acabou levaria à ruína sem retorno não só a Argentina, como os processos da integração latino-americana.

A ilusão despolitizada e corporativa do "*Que se vayan todos*" deixaria o campo livre para essa monstruosa operação menemista, com efeitos negativos para toda a região. A ilusão é a que eles se irão, sem que se os faça ir embora, sem que os derrote com um projeto superador do neoliberalismo.

Voltando à Argentina, anos mais tarde apareceu a candidatura vitoriosa de Néstor Kirchner, para iniciar o resgate mais espetacular que o país vizinho havia conhecido da sua economia, dos direitos sociais, de valorização das pessoas, do prestígio do Estado, do marco da recuperação da soberania externa.

Enquanto isso, movimentos que se ativeram à esdrúxula tese da autonomia dos movimentos sociais, como os *piqueteros* argentinos, simplesmente desapareceram.

No México, depois do enorme prestígio que haviam tido ao assumirem posição semelhante – "Mudar o mundo sem tomar o poder", de John Holloway e Toni Negri, com este último condenando os Estados como superados instrumentos conservadores -, os zapatistas desapareceram da cena política nacional, reclusos em Chiapas, o mais pobre estado mexicano.

Mais de 20 anos depois, nem Chiapas nem o México foram transformados sem tomar o poder, até que os zapatistas resolveram lançar uma dirigente indígena à Presidência da República nas eleições do próximo ano,

voltando a disputar os espaços políticos nacionais e deixando aquelas teses para trás. Mesmo sem dizer que vão transformar o país mediante vitória eleitoral, valorizando a disputa eleitoral, deixando de lado as políticas de denúncia das eleições e de abstenção.

Enquanto isso, a Bolívia e o Equador, rompendo com essa visão estreita de restringir os movimentos sociais apenas à resistência ao neoliberalismo, fundaram partidos, apresentaram candidatos à presidência da República – Evo Morales e Rafael Correa –, triunfaram e puseram em prática os processos de maior sucesso na transformação econômica, social, políticas e cultural na América Latina do século 20.

Refundaram seus Estados nacionais, retomaram o desenvolvimento econômico com distribuição de renda, se aliaram aos processos de integração regional, ao mesmo tempo que integraram as amplas camadas populares aos processos políticos nacionais.

Ao contrário do fracasso das teses da autonomia dos movimentos sociais, que renunciaram à luta pela hegemonia alternativa de alcance nacional e de luta pela construção concreta de alternativas ao neoliberalismo, sob a direção de Evo Morales e de Rafael Correa, a Bolívia e o Equador demonstraram como somente a articulação entre a luta social e a luta política, entre os movimentos sociais e os partidos políticos, é possível construir blocos de força capazes de avançar decisivamente na superação do neoliberalismo.

As teses de Toni Negri sobre o fim do imperialismo e dos Estados nacionais foi desmentida pela própria ação imperialista logo depois dos atentados de 2001, enquanto os governos sul-americanos demonstraram que somente com o resgate da ação do Estado é possível retomar o desenvolvimento com distribuição de renda. A pobreza persistente em Chiapas pode ser comparada com os avanços espetaculares realizados em todas as províncias da Bolívia, como exemplo, para demonstrar, também pela via dos fatos, como a ação de baixo tem de se combinar com a ação dos Estados, se queremos de fato transformar o mundo.

Outras teses, como as de Boaventura de Sousa Santos e de várias ONGs, de optar por uma "sociedade civil" na luta contra o Estado, não têm nenhum exemplo concreto a apresentar resultados positivos, mesmo com as ambíguas alianças com forças neoliberais e de direita, que também se opõem ao Estado e fazem alianças com ONGs e com intelectuais para se oporem a governos como os de Evo Morales e de Rafael Correa, mas também contra os outros governo progressistas na América Latina.

Além do fracasso teórico das teses da autonomia dos movimentos sociais, se pode apresentar os extraordinários avanços econômicos, sociais e políticos, em países como a Argentina, o Brasil, o México, o Uruguai, além dos já mencionados, como provas da verdade das teses da pauta antineoliberal como a luta central do nosso tempo.

**Link:** <http://www.radiolaprimerisima.com/articulos/6967>

## ***Espaço Aberto I***

---

### ***Equipe PROEALC na 27ª UERJ Sem Muros***

Nos dias 24 a 28 de setembro de 2017, a equipe do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) participará da 25ª edição da UERJ SEM MUROS, evento promovido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a fim de apresentar a produção que tem desenvolvido no campo das esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, buscando ir além dos "muros" da Universidade, o que deve ser de fato o compromisso da universidade pública. Como um Programa de Extensão, o PROEALC tem contribuído para fazer avançar o conhecimento e exercido a reflexão crítica diante da produção do mesmo, o qual por sua vez deve ser socializado à população de modo geral. Com este espírito a equipe do PROEALC se apresentará em duas modalidades que ocorrerão simultaneamente na UERJ SEM MUROS (Estágio Interno e Extensão). Seguem abaixo os trabalhos apresentados, sob orientação da Coordenadora do PROEALC, Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.

**Projetos de Extensão:****Projeto: Observatório de Direitos Humanos na América Latina****Coordenadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire****Bolsista: Igor Cristiano Figueiredo Leal****Colaboradores:****Mônica Suely Mendes de Abreu****Maryanna de Souza Moraes****Tiago herinque Crispim Salvador****Isabel Gonçalves da Silva**

O projeto caracteriza-se pela construção de um espaço interdisciplinar de pesquisa, voltado para: o levantamento, sistematização e análise da cobertura dos meios de comunicação sobre a efetivação dos Direitos Humanos na América Latina. O objetivo central é desenvolver uma investigação quantitativa e qualitativa que propõe um questionamento do papel social da mídia, entendido como um aparelho ideológico privado de compreensão do mundo. A metodologia consiste no levantamento de notícias relacionadas à defesa dos Direitos Humanos na América Latina, em jornais e revistas virtuais, organizadas sob forma de cronologia. São indicadores de avaliação de produtividade: a procura do acervo virtual; a publicação de artigos, livros e revistas; a publicação trimestral do Boletim ODH; a apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos e a realização bianual do Seminário Internacional Direitos Humanos na América Latina. O banco de dados está disponível no site: [www.proealc.uerj](http://www.proealc.uerj).

**Título: Programa de Estudos de América Latina e Caribe****Coordenação: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire****Bolsista: Thais Nascimento Gomes****Colaboradores:****Andreia de Souza de Carvalho****Gabriel Felipe Oliveira Melo****Márcia dos Santos Muzi****Arthur Montilho Araújo Batalha**

O PROEALC foi criado no ano de 1994, no Centro de Ciências Sociais e constitui-se como um centro interdisciplinar, referência nacional e internacional em pesquisa, documentação, orientação de estudos e atividades de extensão. Objetivos do projeto: 1) promover a vivência pelos bolsistas de extensão de práticas acadêmicas, políticas e sociais; 2) promover o intercâmbio e convênios entre instituições de ensino superior da América Latina; 3) realizar eventos acadêmicos e cursos de extensão para comunidade em geral e 4) manter um banco de dados sistematizado e atualizado disponível aos pesquisadores sobre temas pertinentes aos países latino-americanos. As análises mais significativas do projeto são disponibilizadas via publicação de livros, apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais e na elaboração de artigos pela equipe no Boletim PROEALC, publicação virtual disponível no site: [www.proealc.uerj.br](http://www.proealc.uerj.br).

**Projetos de Estágio Interno Complementar:****Projeto: Processos Políticos na América Latina e Caribe****Título: O Mercosul, a Venezuela e a política externa brasileira no limiar do ascenso conservador.****Bolsista EIC: Gabriel Felipe Oliveira Melo****Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire**

O presente trabalho é parte e resultado das pesquisas desenvolvidas à partir do projeto de pesquisa Processos Políticos na América Latina Contemporânea desenvolvida no PROEALC–UERJ, sob orientação da professora doutora Silene Freire. Nesse sentido, podemos afirmar que a América- Latina, principalmente o Brasil, viveu ao longo de aproximadamente uma década um período de grande crescimento econômico e

social, marcado no plano político pela subida ao poder de governos de esquerda e centro-esquerda, que em grande medida, não só implementaram políticas de proteção e compensação social, como também marcaram a política externa ao almejarem uma mudança no âmbito das relações diplomáticas, nesse sentido procuraram fortalecer organismos multilaterais, criando assim uma política internacional mais independente e de valorização e colaboração entre os países da América Latina, buscando dessa forma valorizar e ampliar o Mercosul, bem como criar outros organismos de cooperação multilaterais na América Latina. Não obstante, passado mais de uma década, com o ascenso da ofensiva conservadora em todo continente e no Brasil com o governo Temer, o mesmo vem implementando através do Itamaraty uma nova mudança nas relações diplomáticas, principalmente no que tange as relações com os países da América Latina, diferente da política anterior, a atual visa dar mais ênfase nas questões econômicas com parceiros do Norte e procura isolar governos de centro-esquerda no continente, como a Venezuela. É nesse sentido que o presente trabalho se encontra, buscando demonstrar como o atual governo brasileiro vem tentando isolar a Venezuela da política econômica do Mercosul.

**Projeto: Mercosul: os desafios para construção de um projeto histórico**

**Título: O Desafio dos países do Mercosul frente aos desafios da realidade contemporânea**

**Bolsista EIC: Márcia dos Santos Muzi**

**Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire**

O projeto “Mercosul: os desafios para a construção de um projeto histórico”, uma das linhas de pesquisa do Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC), visa aprofundar e ampliar o debate sobre o processo de integração regional na América do Sul em todas as esferas (econômica, política, social e cultural) a partir de uma perspectiva que privilegie estudos sobre o enfrentamento da ‘questão social’ inerente as diferentes realidades de cada país. Seguindo essa linha, o presente trabalho busca, através do acompanhamento dos processos políticos nos países membros do MERCOSUL, construir aportes para análises sobre a região, frente a chamada “onda conservadora” que se desenvolve no tempo presente, destacando: as reações diplomáticas dos países do CONESUL frente ao retrocesso no campo dos direitos no Brasil; o aprofundamento neoliberal na Argentina; as negociações de paz na Colômbia entre o governo e as FARC e o debates em torno da suspensão da Venezuela do MERCOSUL. Os partidos de orientação conservadora que vão assumindo o controle da região, tem se revelado não hesitantes frente a desconstrução da integração regional. Mais que uma crise econômica e política, o Mercosul passa por uma ressignificação da democracia, que desafia governos e organizações a dialogar sobre os caminhos que o bloco tomará, para não deixar de ser a esperança de integração possível que um dia motivou sua criação e que já se tornou fundamental para os povos da região. Metodologia: Coleta de dados na mídia virtual sobre os países do MERCOSUL. Esses dados são organizados de formacronologica e analisados posteriormente para elaboração de artigos e relatórios, com base em bibliografia específica e nas discussões feitas durante os grupos de Estudos do Proealc (GEPs). Resultados: Atualização do Banco de Dados, elaboração de sistematizações e fichamentos.

**Projeto: Cultura Política e Questão Social no Brasil – Uma análise de estado brasileiro no século XX e XXI.**

**Bolsista EIC: Tiago herinque Crispim Salvador**

**Título: Genocídio das “juventudes” nas Favelas do Rio de Janeiro.**

**Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.**

Inserido no projeto “Cultura Política e Questão Social no Brasil – Uma análise de estado brasileiro no século XX e XXI”, uma das linhas de pesquisa do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), o presente trabalho busca investigar os dispositivos de gerenciamento e controle territorial que o Estado promove a partir das medidas de segurança pública. Pretende-se questionar os instrumentos disciplinares aplicados pelo poder público, que operam em consonância com a lógica de extermínio da juventude negra, que personifica corpos constituídos como abjetos e sendo, portanto, uma classe descartável. Um dos objetivos centrais é localizar o “ethos” e o aparato ideológico que possibilita que a sociedade seja conivente com este genocídio. De acordo com tal demarcador, é viável questionar os critérios que transformam esses jovens em um “perigo anunciado” a todo o tecido social. A metodologia empregada consiste na coleta de dados da grande mídia, pesquisa bibliográfica sobre a temática, análise de dados estatísticos dos principais relatórios especializados e discussão em grupos de estudo semanais. Como resultados pode-se citar a elaboração de trabalhos para apresentação e publicação, bem como a formação de uma cronologia de dados a respeito das

iniciativas estatais que corroboram o referido controle territorial e suas faces, quais sejam: letalidade policial, encarceramento em massa, entre outras medidas de segurança pública. A linearidade histórica destes processos nos permite inferir seu caráter estruturante no sistema capitalista.

**Projeto: Mídia e Questão Social no Cenário Neoliberal.**

**Título: Violência contra a mulher e Mídia: do esvaziamento à naturalização presente no discurso hegemônico.**

**Bolsista EIC: Isabel Gonçalves da Silva**

**Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.**

O presente trabalho desenvolvido no Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC-UERJ), a partir do projeto de pesquisa Mídia e Questão Social no Cenário Neoliberal, sob coordenação da professora doutora Silene de Moraes Freire, tem como objetivo refletir sobre a violência contra a mulher, entendendo esse fenômeno como uma expressão da questão social que permeia as relações culturais, políticas e econômicas da nossa sociedade. Através da coleta de dados em veículos de mídias online a pesquisa busca rastrear e analisar o que os grandes meios de comunicação têm noticiado sobre a violência cotidiana sofrida pelas mulheres. Entendemos, a partir de Chauí (2006), que a mídia perdeu o compromisso com a verdade, reduzindo sua ação “à mera condição de espetáculo”, retratando assim o interesse de um indivíduo ou classe social. A mídia hegemônica que busca manter o status quo de uma classe muitas vezes reproduz o machismo que constitui uma ferramenta importante de controle, sendo também responsável por transmitir valores e ideias a fim de influenciar a opinião pública. A violência contra a mulher é um problema de ordem estrutural muitas vezes naturalizado. A partir disso queremos identificar o papel da imprensa nacional nessa naturalização, como transmissora de notícias e ideias. A metodologia consiste na coleta e análise de dados retirados de veículos de mídias online, bem como leitura de livros e artigos relacionados ao tema, interpretação dos dados oficiais contidos no mapa da violência e outros relatórios, e participação nos grupos de estudo do PROEALC (GEP) que ocorrem semanalmente. Resultados: Produção de artigos e relatórios, e construção de um banco de dados atualizado mensalmente.

## *Agenda Acadêmica*

---

### **II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos**

**Data:** 16/01 a 10/04/2017

**Local:** Universidade Estadual de Londrina – Paraná

**Link:** <http://www.congressoservicosocialuel.com.br/images/folder-uel-2017-final.pdf>

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, convida para o II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: desafios contemporâneos, evento de natureza científica, com participação interdisciplinar das áreas do Direito, Economia, Administração, Geografia, Arquitetura, Ciências Sociais, Psicologia e áreas afins. Integram esse congresso o III SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS em parceria com a PUC/SP e Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL; e o II CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, em parceria com o Programa de Pós -Graduação em Direito Negocial da UEL.

**OBJETIVO GERAL** Propiciar espaços de reflexão e disseminação da produção técnica e científica sobre Políticas Sociais e Serviço Social, envolvendo áreas de conhecimentos afins e multiprofissionais.

**INSCRIÇÕES** Prazo de Inscrição de trabalhos: 16/01/2017 a 10/04/2017. Os trabalhos a serem submetidos para apresentação nos ESPAÇOS DE DEBATE E PESQUISA, na modalidade comunicação oral e exposição de pôsteres, deverão ser encaminhados via on-line, no momento da inscrição pelo site.

EIXOS TEMÁTICOS 1 Política Social, Seguridade Social e Proteção Social 2. Gestão de Políticas Sociais 3. Fundamentos do Serviço Social Sub. Eixos: Formação Profissional Exercício Profissional, trabalho e processos de trabalho Ética Profissional e fundamentos ontológicos 4. Gênero, Sexualidade e Etnia 5. Movimentos Sociais e participação social 6. Direitos humanos, Estado penal e criminalização da pobreza 7. Território Poder e Conflito 8. Direito à Cidade e Justiça Ambiental

### **XXII Encontro Nacional de Economia Política: Restauração Neoliberal e as Alternativas na Periferia em Tempos de Crise do Capitalismo**

**Data:** 30/05 a 02/06/2017

**Local:** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP

**Link:** <http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/inscricoes-2/>

A conjuntura atual da economia mundial recoloca o neoliberalismo como a resposta que o capitalismo constrói para a saída de sua própria crise. Esta conjuntura já explicitada no plano mundial se exacerba no atual momento tanto para a América Latina como para a economia brasileira. A Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) convida pesquisadores, acadêmicos, profissionais, estudantes e demais interessados para participar do XXII Encontro Nacional de Economia Política (XXII ENEP) para refletir criticamente sobre essa conjuntura. O tema deste ano, "Restauração Neoliberal e as Alternativas na Periferia em Tempos de Crise do Capitalismo", tem esse objetivo, e será tratado por diferentes temáticas cobrindo os tópicos do ajuste fiscal, das reformas estruturais, privatizações e seus impactos sobre os direitos sociais, perspectivas socioeconômicas, e momento político de nossa sociedade.

Divulgação dos Resultados (resumos aprovados): 29/02/2016

Submissão de papers (trabalho completo) e pôsteres : Até 11/04/2016.

### ***Lançamentos***

---

**PACHUKANIS, Evguiéni B. Teoria geral do direito e marxismo. São Paulo, Boitempo, 2017.**

#### **Sinopse:**

O livro *Teoria geral do direito e marxismo*, do jurista Evguiéni Pachukanis, despontou como a mais importante reflexão sobre o direito no campo do marxismo. A princípio, a obra não foi pensada como um manual marxista para a teoria do direito, mas como “uma tentativa de aproximação da forma do direito e da forma da mercadoria”, como afirmou o jurista e bolchevique Piotr Stutchka após a leitura da primeira edição, publicada em 1924. Pachukanis tinha como intuito apenas trazer algumas questões da teoria geral do direito para discussões futuras, esboçando os traços fundamentais do desenvolvimento histórico e dialético das formas jurídicas a partir de conceitos que ele havia encontrado em *O capital*, de Karl Marx, e no *Anti-Dühring*, de Friedrich Engels, mas o resultado acabou indo muito além do esperado: o livro se tornou uma referência em filosofia do direito e a obra mais importante de Pachukanis, indispensável como material didático nos cursos de graduação e nos estudos de crítica às instituições jurídicas burguesas, do ponto de vista do socialismo científico.

Seus capítulos abordam os métodos de construção do concreto nas ciências abstratas, a ligação entre ideologia e direito, entre relação e norma, mercadoria e sujeito, direito e Estado, e demonstram que as categorias econômicas abordadas por Marx também são aplicáveis à ciência jurídica. “Elas, em sua aparente universalidade, exprimem, na realidade, um aspecto isolado da existência de um sujeito histórico determinado: a sociedade burguesa produtora de mercadorias.”

Traduzida diretamente do russo para o português por Paula Almeida, esta edição conta com um prefácio de Antonio Negri escrito em 1973 e será a primeira no mundo a publicar uma atualização feita pelo autor, no final de 2016, que permanece inédita até hoje. A obra conta também com posfácios de Umberto Cerroni e China Miéville – premiado escritor da chamada *weird fiction* e pesquisador de marxismo e direito –, nunca antes publicados no Brasil. O volume traz ainda um índice onomástico e uma seção com trechos selecionados de Karl Korsch, John Hazard, Carlos Rivera-Lugo, Jean-Marie Vincent e Dragan Milovanovic. A minuciosa revisão técnica deste projeto acalentado pela Boitempo desde 2000 coube ao jurista e filósofo do direito Alysso Leandro Mascaro, que também assina o texto de orelha, e pelo doutorando em filosofia e teoria geral do direito Pedro Davoglio.

**NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (orgs.). O avesso do trabalho IV – terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. Rio de Janeiro, Expressão Popular, 2017.**

#### **Sinopse:**

A corrosão e mesmo destruição do trabalho é a máxima de nosso tempo. Tempo de contrarrevolução global, sob o comando do mais destrutivo dos capitais, o financeiro. Nele, as grandes corporações, apesar de propugnarem pela “responsabilidade social e ambiental”, exercem uma pragmática que é a da devastação completa das condições de trabalho em escala planetária. Para além do culto apologético do “empreendedorismo”, da “economia digital”, do “trabalho online”, o que de fato temos presenciado é a explosão da informalidade exacerbada, da flexibilização degradada, da precarização ilimitada, com suas nefastas consequências humano-sociais: desemprego estrutural, subemprego, desemprego por “desalento”, acidentes, adoecimentos, assédios, mortes e suicídios.

Triste sociedade: no topo, tudo passa pelo controle do capital financeiro, que oscila do capital fictício até a esfera da produção depauperada, fazendo proliferar o vilipêndio do trabalho. Ressurgem novas formas de trabalho escravo, degradam-se ainda mais os trabalhos dos imigrantes, cultuam o “trabalho voluntário”, intensifica-se a superexploração. Há um elemento vital que os capitais vêm utilizando para efetivar esse desastre: é implantar a terceirização do trabalho em todas as esferas da atividade laborativa, onde todos e todas que vivem de seu trabalho tornam-se escravos do capital.

O Averso do Trabalho IV, que trata centralmente da terceirização (organizado por Vera Navarro e Edvânia Lourenço) é mais um importante obstáculo a este vilipêndio: ou impedimos esse movimento sem limites dos capitais ou teremos uma “maravilhosa” sociedade com novos escravos que sofrem cada vez mais uma exploração compulsiva do trabalho, único resultado possível na sociedade da terceirização total. Urge obstar, de todas as formas e lutas, esse flagelo. E a crítica é também uma das formas desse combate.

#### **Expediente**

##### **Reitor**

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

##### **Vice-reitora**

Prof. Paulo Roberto Volpato Dias

##### **Sub-reitora de Graduação**

Profª Lená Medeiros de Menezes

##### **Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa**

Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

##### **Sub-reitora de Extensão e Cultura**

Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques

##### **Diretor do Centro de Ciências Sociais**

Prof. Léo da Rocha Ferreira

##### **Coordenadora do PROEALC**

Profª Silene de Moraes Freire

##### **Editoras Responsáveis**

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Andreia de Souza de Carvalho

##### **Coordenação de Produção**

Andreia de Souza Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Mônica Suely Mendes de Abreu

(PROEALC/CCS/UERJ)

##### **Diagramação**

Andreia de S. Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Ana L. B. da Silva (ISERJ/FAETEC)

##### **Revisão**

*Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.*